

o livro é um compêndio à humanização dos discursos sociais e acadêmicos em torno dos 'malditos' e à ampliação da inclusão na definição de agendas políticas que ainda estão longe da dignidade sobre a qual os direitos civis devem se apoiar. Em uma época de ampliação das tensões sociais nas representações instituídas do Estado de Direito, os confrontos também se fazem sentir nos meios midiáticos e nas redes sociais da internet, entre os que lutam por conquistas inclusivas mais amplas (como os direitos dos homoafetivos) e os que disseminam discursos discriminatórios e homofóbicos que beiram o criminoso (como os grupos da Direita religiosa). Neste contexto, o livro se torna mais do que necessário para estimular a luta contra as homogeneidades discursivas, e, sobretudo, para que a nova geração de geógrafos e demais pesquisadores sociais em diversos níveis possam refletir sobre seus objetos de investigação e sobre o papel que lhes cabe como pesquisadores do espaço geográfico e da sociedade.

*Prof. Dr. Augusto Cesar
Pinheiro da Silva*



O grupo de pesquisa sobre Estudos Territoriais da UEPG, que já se consolidou como referência no campo de Geografia e Gênero no Brasil, com articulações também a nível internacional, coloca-nos neste livro frente a uma grande questão: como transformar as 'Geografia mal-ditas' de indivíduos posicionados muitas vezes num dos extremos da marginalização e do preconceito social, como travestis e transexuais, numa 'Geografia bem-dita' de sujeitos que têm voz e sensibilidade e reivindicam seu lugar no mundo. Destaca-se assim o caráter inovador e instigante de seu projeto, ao começar por dar voz aos próprios sujeitos em sua prática de construção do espaço que é também, sempre, e mais ainda neste caso, pois literalmente disputam espaço a construção da vida. Um trabalho que é desafiador num duplo sentido: epistemológico, pela inserção definitiva de uma problemática e de uma metodologia tantas vezes menosprezadas na Geografia brasileira, e político, pela convocação que nos faz para superar ideias preconcebidas. Fica assim o convite para, despídos de todo preconceito e julgamentos a priori, ingressarmos no espaço desses Outros que, por não conhecermos ou, pior, por não quisermos conhecer, alimentamos sua invisibilidade e estigmatização. Nas palavras de Débora Lee, rejeitada pela família, 'ser travesti é aguentar o preconceito, porque a maior parte que a travesti vive todo dia é a discriminação, a falta de oportunidade de trabalho, e ter que cair na prostituição para sobreviver'.

Prof. Dr. Rogerio Haesbaert da Costa (UFF)



TODAPALAVRA
editora

GEOGRAFIAS MALDITAS corpos, sexualidades e espaços

**Joseli Maria Silva
Marcio Jose Ornat
Alides Baptista Chimin Junior
(Orgs)**

GEOGRAFIAS
FEMINISTAS

GEOGRAFIAS MALDITAS

corpos, sexualidades e espaços



TODAPALAVRA
editora

"Fazemos um discurso não autorizado e dissidente". Com esta afirmação, o livro 'Geografia Malditas: corpos, sexualidades e espaços' instiga os pesquisadores das universidades brasileiras, notadamente os das Ciências Sociais e, especialmente, os da Geografia, a fugirem da homogeneidade discursiva dominante, ainda hoje, na academia brasileira. Nesta obra, o Grupo de Pesquisa GETE (UEPG) amplia a investigação sobre as ordens discursivas nos temas de Geografia, Gênero e Sexualidades, e apresenta a sua pesquisa de maneira corajosa, não temendo ser o condutor do discurso daqueles que não têm voz político-institucional, e ainda são invisíveis pela academia, além de execrados pela sociedade brasileira: as pessoas que se autodeclararam 'travestis'. Com competência e suporte teórico-conceitual de ponta, esta publicação inova o campo metodológico sobre este tema no país, ao mesclar as linguagens política e científica ao coloquial dos sujeitos investigados. Sem medo de gerar uma 'heresia no santificado mundo da ciência geográfica',

© 2013 Todapalavra Editora

REVISÃO

Hein Leonard Bowles

CAPA, PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Dyego Marçal

DEPÓSITO LEGAL NA BIBLIOTECA NACIONAL

Ficha Catalográfica elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

G345 Geografias malditas: corpos, sexualidades e espaços / org. por Joseli Maria Silva, Marcio Jose Ornat e Alides Baptista Chimin Junior. Ponta Grossa: Todapalavra, 2013. 400p.

1. Travesti. 2. Transgênero. 3. Geografia e sexualidades.
4. Geografia Queer. I. Silva, Joseli Maria. II. Ornat, Marcio Jose.
III. Chimin Junior, Alides Baptista. III.T.

CDD: 306.778

ISBN : 978-85-62450-29-7

Todapalavra Editora

Rua Xavier de Souza, 599

Ponta Grossa – Paraná – 84030–090

Fone/fax: (42) 3226–2569 / (42) 8424–3225

E-mail: todapalavraeditora@todapalavraeditora.com.br

Site: www.todapalavraeditora.com.br

Para a travesti negra e soropositiva
Scarlett O'Hara (em memória).
A sociedade lhe negou quase tudo,
e ela retribuiu na forma de luta, generosidade e
esperança de um mundo menos desigual.

SUMÁRIO

- 9 **Prefácio**
Jon Binnie

- Para além da apresentação das Geografias Malditas: uma análise da resistência às discontinuidades científicas no campo científico da Geografia no Brasil**
11 *Joseli Maria Silva, Marcio Jose Ornat e Alides Baptista Chimin Junior*

PARTE I

GEOGRAFIAS TRAVESTIS, POR ELAS MESMAS

- 27 **A geografia de uma travesti é uma barra, é matar um leão a cada dia**
Débora Lee
- 39 **O que mais me marcou na vida é ser barrada e não poder entrar nos lugares: esta é a geografia de uma travesti**
Leandra Nikaratty
- 55 **A vida da travesti é glamour, mas também é violência em todo lugar**
Fernanda Riquelme
- 69 **Vida de travesti é luta! Luta contra a morte, luta contra o preconceito, luta pela sobrevivência e luta por espaço**
Gláucia Boulevard

PARTE II
TRAJETÓRIAS DE CONHECIMENTO CONJUNTO
PRODUZIDO PELO GRUPO DE ESTUDOS
TERRITORIAIS E AS TRAVESTIS

- O corpo como elemento das geografias feministas e queer: um desafio para a análise no Brasil** 85
Joseli Maria Silva, Marcio Jose Ornat, Tamires Regina Aguiar de Oliveira Cesar, Alides Baptista Chimin Junior e Juliana Przybysz
- Espaço interdito e a experiência urbana travesti** 143
Joseli Maria Silva
- A instituição do território paradoxal na atividade da prostituição travesti** 183
Marcio Jose Ornat
- Território descontínuo paradoxal e prostituição na vivência travesti do sul do Brasil** 207
Marcio Jose Ornat
- Interseccionalidade e mobilidade transnacional entre Brasil e Espanha nas redes de prostituição** 243
Joseli Maria Silva
- Espaço e morte nas representações sociais de travestis** 273
Vinicius Cabral, Joseli Maria Silva e Marcio Jose Ornat

PARTE III

DIVERSOS ESPAÇOS, MÚLTIPLAS REALIDADES TRANS

- Identidades e cidadania em construção:
historização do 'T' nas políticas de
antiviolença LGBT no Brasil**
311 *Jan Simon Hutta e Carsten Balzer*
- Geografias trans(icionais): corpos,
binarismos, lugares e espaços**
339 *Lynda Johnston e Robyn Longhurst*
- Prácticas subversivas en espacios interdictos,
en las experiencias múltiples y cotidianas de
personas transexuales de la ciudad de
Santiago de Chile**
357 *Martin Ignacio Torres Rodríguez e
Raul Borges Guimarães*
- 395 **Sobre os autores**

PREFÁCIO

Este livro constitui uma intervenção importante no estudo das geografias de gênero, sexualidade e do corpo. O título *Geografias Malditas* reflete a extensão em que travestis e transgêneros estão sujeitos a violência física e simbólica na vida cotidiana. Além disso, as experiências de travestis e transgêneros continuam significativamente pouco estudadas e marginais no âmbito das geografias de gênero e sexualidades. Essa marginalização torna o livro uma intervenção particularmente bem-vinda no debate geográfico sobre gênero e sexualidade.

Geografias Malditas está organizado em torno de três seções distintas. A primeira seção, “Geografias travestis, por elas mesmas”, consiste de capítulos de autoria de travestis, em que narram as suas próprias geografias. A segunda seção, “Trajetórias de conhecimento conjunto produzido pelo Grupo de Estudos Territoriais e as travestis”, foi escrita por pesquisadores acadêmicos que trabalham com travestis como voluntários em ONGs. A terceira seção, “Diversos espaços, múltiplas realidades trans”, inclui ensaios sobre geografias travestis e transgêneros escritos por estudiosos de fora do Brasil.

Geografias Malditas contém uma variedade de perspectivas sobre as geografias de travestis e transgêneros. O livro apresenta ensaios baseados em experiências vividas por travestis e transgêneros em um número de localidades que vão desde o Brasil e a Espanha até o Chile e a Nova Zelândia. Eles também examinam essas experiências em uma série de escalas espaciais – por exemplo, em cidades de pequeno porte, como Hamilton, Nova Zelândia, passando por cidades regionais, como Ponta Grossa, até chegar a cidades maiores, como Santiago de Chile. Também é notável que alguns capítulos contemplam as dimensões transnacionais

das geografias de travestis e transgêneros. Por exemplo o capítulo de Joseli Maria Silva trata da migração transnacional de travestis brasileiras para a Espanha. Este ensaio é baseado em entrevistas com travestis brasileiras profissionais do sexo a respeito de suas experiências cotidianas de vida na Espanha.

Um aspecto particularmente inovador deste livro é a primeira seção, em que travestis narram suas próprias experiências de espaço e lugar. As vozes de travestis, transgêneros e outras minorias sexuais estão muitas vezes ausentes das discussões acadêmicas, o que faz com que suas vidas possam ser coisificadas e exotizadas. É, portanto, uma contribuição particularmente importante deste livro que geografias travestis são abordadas a partir das perspectivas de travestis. Esta seção (e o próprio livro, de um modo mais geral) demonstra a necessidade de uma presença muito maior das vozes múltiplas e diversificadas de travestis e transgêneros dentro das geografias de gênero e sexualidades.

Geografias Malditas é um volume pioneiro de ensaios que faz uma intervenção original e inovadora nas geografias de sexualidades. O livro demonstra o dinamismo e a riqueza das geografias de sexualidades no Brasil. Ele também representa um desafio para as geografias de sexualidades, internacionalmente, no sentido de empenhar-se e reconhecer de maneira mais ampla a diversidade das experiências cotidianas de travestis e transgêneros.

Jon Binnie

Reader in Human Geography
School of Science and Environment
Manchester Metropolitan University
Chester Street
Manchester
M1 5GD
United Kingdom

IDENTIDADES E CIDADANIA EM CONSTRUÇÃO: HISTORIZAÇÃO DO “T” NAS POLÍTICAS DE ANTIVIOLÊNCIA LGBT NO BRASIL

Jan Simon Hutta

Carsten Balzer

Transrespect versus Transphobia Worldwide (TnT)

INTRODUÇÃO

O que tá na mídia é isso: é a... repressão contra os homossexuais. Hoje nitidamente, né? Naquele época era uma coisa mais resguardada, uma coisa mais... oculta. Hoje não. Hoje as pessoas fazem questão de dizer: “Não gosto de gay!”. As pessoas fazem questão de passar e tacar uma lâmpada na cara... ou fazer isso ou fazer aquilo. Que considero assim, é... dentro da favela, considero que seja maior... né? Porque não tem uma lei que assegure aquele indivíduo. Ter, tem. Mas aqui dentro não funciona! Se eu sofrer homofobia e levar uma lâmpada na cara, vai ter que ficar por isso mesmo e pronto e acabou! Eu não vou ter que... eu não posso ir, chegar no Centro de Referência e denunciar. Não posso porque eu moro aqui. Tenho família aqui.¹

Esta declaração do ativista Gilmar, que se identifica como travesti e mora na favela Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, chama atenção para uma série de questões sobre violência que este capítulo examinará.² (A identidade travesti está entre essas questões). Conforme será

¹ Entrevista com Gilmar, em 12/1/2011.

² Texto original escrito para a seguinte obra: TAYLOR, Yvette; ADDISON, Michelle (Eds.). *Queer presences and absences: time, future and history*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2013. Tradução de Bruna Wagner para o português. Basingstoke: Palgrave Macmillan. [no prelo].

explicado brevemente, a declaração pontua a necessidade de se ter uma compreensão historicizada e espacialmente bem definida, não apenas das manifestações de violência que chegaram ao conhecimento público na última década, mas também das subjetividades que sofreram violência e as formas de ativismo político desenvolvidas em resposta. Referimo-nos à violência direta às pessoas nas quais expressões e performances de gênero são percebidas como uma ameaça às normas hegemônicas, uma questão que tem ganhado notoriedade, nos últimos quinze anos, entre os ativismos trans e LGBT (de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) no Brasil. O gênero científico crescente dos estudos vitimológicos, por exemplo, foi usado para realçar a prevalência de agressão verbal e física contra lésbicas, gays, bissexuais e trans³ – sublinhando a particular vulnerabilidade deste último grupo.⁴

O Grupo Gay da Bahia (GGB), que documentou assassinatos de pessoas LGBT desde os anos 80, tem repetidamente realçado o alto número de travestis entre as vítimas. Em um relatório de 2009, ativistas deste grupo sugerem, com base em suas descobertas, que travestis têm 256 vezes mais chances de serem assassinadas do que homens gays (GRUPO GAY DA BAHIA, 2009). No ativismo LGBT internacional e no debate público, violência letal contra pessoas trans brasileiras tem recebido atenção devido ao projeto Trans Murder Monitoring (TMM) da organização Transgender Europe, que os autores estão conduzindo em colaboração com organizações locais, como o GGB (BALZER e HUTTA, 2012). Em números absolutos, de acordo com esse projeto, o Brasil teve o maior número de mortes registradas de trans em todo o mundo, somando 440 entre 2008 e novembro de 2012.⁵

³ Usamos o termo “trans” para designar pessoas que têm uma identidade de gênero diferente daquela que lhe foi atribuída no nascimento e que expressam seu sexo por meio da linguagem, roupas, acessórios, cosméticos e/ou modificações do corpo. Esta definição inclui, entre várias outras, transexuais, transgêneros e pessoas *queer*, além de identidades brasileiras locais, como travestis, transformistas, etc.

⁴ A pesquisa de Carrara et al. (2003), realizada em colaboração com o Grupo Arco-Íris do Rio de Janeiro, foi um marco nessa vertente de pesquisa vitimológica. Os autores apontam, por exemplo, que 16,6% das pessoas entrevistadas relataram agressão física, e este universo apresentou predominância de pessoas trans (42%), seguidas de homens homossexuais (20%) e lésbicas (10%).

⁵ Para detalhes a respeito do observatório de pessoas trans assassinadas, ver também: <http://www.transrespect-transphobia.org/en_US/tvt-project/tmm-results.htm>. Acesso em: 16 jan. 2013.

Embora tenha aumentado a conscientização da violência contra pessoas trans brasileiras entre ativistas e acadêmicos nacional e internacionalmente, tentativas de compreender e encontrar uma resposta política viável para a questão têm esbarrado em desafios numerosos. Neste capítulo, nos encarregamos de dois deles. Primeiramente, na esteira do livro de Don Kulick (1998) sobre travestis trabalhadoras sexuais, debates acadêmicos em países anglofônicos tendem a tratar a subjetividade travesti no singular e a focar em formas específicas de performance de corpo e de gênero. A real multiplicidade de identidades trans brasileiras tem sido amplamente negligenciada, assim como seu contexto histórico e social mais amplo, eclipsando da visão como essas identidades foram moldadas pela discriminação, opressão e violência. Em segundo lugar, a violência contra trans tem sido muitas vezes separada das respostas para tal violência, fazendo apenas genéricas e indiferenciadas referências aos ativismos LGBT e trans. As transformações históricas, tanto no ativismo LGBT quanto no trans – resultantes especialmente de uma mudança em direção ao ativismo centrado no Estado, biopolítico, no fim dos anos 1990 –, e potenciais e limitações que se seguiram a isso, têm, portanto, passado despercebidas. Como resultado, verificou-se um entendimento precário da capacidade – parcialmente negada – de trans ganharem e praticarem sua “cidadania”, tanto no cotidiano quanto sob o ponto de vista do Estado.

Este capítulo tem, por conseguinte, três objetivos principais. O primeiro é obter uma compreensão complexificada e historicizada das culturas e identidades trans brasileiras. Argumentamos que problemas contemporâneos de violência transfóbica precisam ser vistos em relação a práticas contingentes e identificações que têm historicamente evoluído em resposta à violência, opressão e discriminação. Em segundo lugar, queremos chamar atenção para respostas políticas para tal violência, que ganharam novos impulsos com a militância biopolítica que emergiu no final dos anos 90, levando a novos desafios. Na sequência de uma reflexão sobre esses desafios, queremos finalmente realçar as utilizações práticas de cidadania das pessoas trans, que apelam a esforços políticos renovados para efetivamente combater a violência. Utilizaremos pesquisa empírica que foi conduzida entre 2000 e 2011 no Brasil e teve dimensões históricas e atuais, conforme será descrito posteriormente.

Voltemos à declaração feita por Gilmar, que foi uma das pessoas entrevistadas. Gilmar tem vinte e seis anos e é cofundador do primeiro

grupo LGBT estabelecido em uma favela, o Grupo Conexão G, voltado principalmente para as questões de travestis. “Travesti” se refere a pessoas que foram designadas como do gênero masculino no nascimento e vivem suas vidas, ou a maior parte delas, como mulher, parcialmente como mulher ou ainda outro gênero, usando geralmente várias práticas expressivas e de modificação do corpo, sem necessariamente ter como objetivo assumir corpo e identidade “totalmente femininos”, seja por meio de cirurgia de redesignação sexual ou através de esforços para simplesmente “passar” como mulher. Uma particularidade de identificação de muitas travestis é que elas *também* se reconhecem como homossexuais, usando “homossexual” como um termo mais genérico.

É de se notar que tal fusão de conceitos vistos como distintos no discurso anglo-americano é uma característica das identidades *queer*⁶ em subculturas do Rio de Janeiro. Balzer mostrou que – ao contrário do hábito ocidental dominante de diferenciação e combinação de orientação sexual e identidade de gênero (como, por exemplo, na diferenciação entre gay, lésbica e pessoas trans) – há também, entre os diversos conceitos de identidade, uma que atribui específicas identidades trans para uma determinada identidade sexual. Muitas das pessoas entrevistadas por Balzer definiram a si mesmas como “homossexual do gênero travesti” ou “homossexual do gênero transformista” (BALZER, 2007, p. 342-71). Como observação, vale destacar que, embora Gilmar mantenha seu nome masculino, faz referência a si empregando adjetivos no feminino.

Uma nota sobre a utilização, por Gilmar, do termo “homofobia” pode ser útil aqui. Dada a identificação de Gilmar como homossexual, o fato de ele usar o termo homofobia, enquanto cita pontualmente a violência

⁶ Entendemos *queer* como um termo político e analítico que desafia as normas relativas a sexualidade e gênero, juntamente com as relações de poder associadas, as quais tomam forma no contexto histórico e espacial. Além do mais, *queer* sugere uma afirmação de certas práticas, corpos e identidades que foram marcadas como desviantes, anormais ou imorais (ver: HALBERSTAM, 2005; HUTTA, 2010a, p. 33-5; MUÑOZ, 1999). No Brasil, o uso do termo *queer* tem se limitado a debates acadêmicos, ainda que, nos últimos anos, alguns ativistas e artistas tenham começado a promover a sua utilização. Enquanto nossa abordagem constitui uma “análise *queer*”, dizendo respeito a questões de gênero, sexualidade e poder, as subjetividades que nos concernem aqui têm largamente desafiado a sua integração ao universo semântico *queer*, insistindo em sua singularidade. Quando usamos as expressões “pessoa *queer*” ou “identidades *queer*” em relação ao contexto brasileiro, estamos, dessa maneira, fazendo uma tradução particular, convocando uma noção de *queer* que não está amplamente moldada ainda.

contra travestis, não é de surpreender. Homofobia é também um termo genérico padrão usado pelo ativismo LGBTQ globalizado. Durante a última década, reconheceu-se, no Brasil e em outras partes do mundo, a necessidade de diferenciar a transfobia, no sentido de violência, hostilidade e injustiça relacionada a identidades e expressões de gênero não normatizadas, da homofobia, que é geralmente relacionada com a orientação sexual. Isso porque trans enfrentam específicas e às vezes particularmente problemáticas e extremas formas de violência, discriminação e opressão.

De uma maneira interessante, após realçar o problema da homofobia aberta no Brasil, Gilmar pontua que isto é agravado pelo fato de que, em locais como a Maré, “não tem uma lei que assegure aquele indivíduo. Ter, tem. Mas aqui dentro não funciona!”. Gilmar parece especialmente considerar que a mobilização da segurança pública não é viável, já que agressores poderiam se vingar dele ou de sua família, o que, por sua vez, o Estado não é capaz de evitar. Isso aponta para complexidades que os militantes têm enfrentado devido à já mencionada virada para as formas de ativismo biopolítico, levantando questões sobre quais tipos de *agency*⁷ e cidadania sujeitos trans como Gilmar podem ser capazes de praticar – ou, na verdade, já praticam.

Os métodos empíricos em que nos baseamos compreendem entrevistas, oficinas em grupo, observação participante e pesquisa de arquivos. Os dados de Balzer foram coletados durante seis meses de trabalho de campo etnográfico no Rio de Janeiro, entre 2000 e 2001. Este trabalho de campo se baseou em uma pesquisa multilocal com observação participante e concentrada em trabalho sexual nas ruas, vida noturna, show business e militância social, assim como na vida diária das pessoas entrevistadas. Sendo transgênero e conhecendo muitas pessoas do meio, Balzer foi calorosamente recebida em todos os lugares. Entre mais de oitenta pessoas trans que ela veio a conhecer durante sua observação participante e conversas informais, entrevistou trinta e um indivíduos ao total, focando em aspectos bibliográficos, autoimagens, auto-organização e estratégias políticas. Além disso, análises de documentos históricos (gravações em vídeo, panfletos, publicações alternativas) e publicações atuais (ver: BALZER, 2007, p. 36-54). Hutta conduziu uma pesquisa de campo durante nove meses no Brasil, entre 2007 e 2009 (HUTTA,

⁷ Usamos a palavra “agency” em inglês para denotar a capacidade de alguém agir e intervir em sua própria condição de vida.

2010a, p. 235-47). Centrais foram duas séries de oficinas participativas conduzidas na grande Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O foco era na experiência das pessoas em vários lugares habitados nas suas vidas cotidianas. As atividades também compreendiam passeios e caminhadas pela cidade e resultaram na gravação de quarenta e cinco indivíduos, incluindo cinco travestis e vários sujeitos que se identificaram, de acordo com expressões de gênero locais, como “bichaboy”. Como gay e *queer*, com atividades sociais, políticas e de pesquisa intersectadas, Hutta teve, além do mais, percepções únicas em uma série de circunstâncias menos formais. Uma segunda vertente da pesquisa mirou no ativismo trans e LGBT e envolveu observação participante, análise de documentos e dezessete entrevistas, que incluíram quatro ativistas trans. Além disso, iremos fazer uso da pesquisa que realizamos conjuntamente como parte de um projeto de pesquisa ativista do Transgender Europe, que é chamado de Transrespect versus Transphobia Worldwide (Transrespeito versus Transfobia no Mundo), (TvT, ver BALZER e HUTTA, 2012).⁸ O referido monitoramento das pessoas trans assassinadas faz parte do projeto TvT. Como participantes deste projeto, também realizamos outras entrevistas com ativistas, incluindo Gilmar. Devido ao foco da nossa pesquisa, na sequência iremos nos centrar principalmente na grande Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Como vai ficar claro, especialmente na nossa discussão sobre o ativismo anti-violência de a partir dos anos 90, o Rio também desempenhou um papel importante no desenvolvimento de novas estratégias políticas.

IDENTIDADES E ATIVISMOS MOLDADOS NO CONTEXTO DE DITADURA, VIOLÊNCIA E OPRESSÃO

A complexidade e a diversidade das identidades trans brasileiras que evoluíram no século XX são frequentemente reduzidas a uma única e simplificada identidade: a travesti (ver, por exemplo: SILVA, 1993; OLIVEIRA, 1994; KULICK, 1998). Travesti é, contudo, apenas uma identidade no espectro de identidades *queer* e trans, e o significado do termo

⁸ Para detalhes sobre o projeto de pesquisa TvT, ver também o website bilíngue: <www.transrespect-transphobia.org>.

mudou no decorrer das últimas décadas e suporta sua própria complexidade. Entendimentos reduzidos das travestis brasileiras como prostitutas também proliferaram fora do Brasil devido ao já mencionado livro de Kulick e graças também às ondas de migração de travestis, que viajaram no período da ditadura militar e no pós-ditadura para cidades europeias como Paris e Milão, nos anos 80 e 90. Entretanto, isso diz respeito a uma série muito específica de experiências, que estão diretamente conectadas a formações históricas de violência, repressão, discriminação, assim como uma cultura de consumo voltada ao sexo, que, de diferentes maneiras, foi centrada ou moldada nas travestis. Para entender a diversidade das identidades trans brasileiras na forma como evoluíram nas últimas cinco décadas, assim como o contexto no qual foram moldadas, é necessário olhar para trás, começando em tempos anteriores à última ditadura brasileira. Em particular, uma abordagem situada historicamente é fundamental para contextualizar a questão da violência transfóbica e estratégias políticas que têm sido desenvolvidas em resposta a ela. A breve revisão histórica que vem na sequência serve para uma melhor compreensão das conexões e das separações entre o movimento LGBT e as organizações trans, e reconsiderar o sentido e o significado do T na sigla prevalente, a LGBT.

Durante o período democrático brasileiro do pós-Segunda Guerra Mundial e especialmente no fim dos 1950 e começo dos 1960, identificáveis bares gay abriram em Copacabana, no Rio de Janeiro. O que, em lugares como na cidade de Nova York, era conhecido como sendo de *drag* ou de *female impersonation* (caracterização feminina) e no Brasil foi associado aos bailes de carnaval, chegou a adquirir aceitação de um maior público fora dessa época do ano (BALZER, 2007, p. 312). O historiador James Green nos informa que “glamourosas *cross-dressers* emergiram destes bailes de *drag* para fazer performances em produções teatrais *mainstream*, que atraíam uma alta audiência” (1999, p. 148).

Entre as pessoas chamadas *cross-dressers* estava Rogéria⁹, que foi a primeira estrela *drag* do Rio de Janeiro, na década de 1960, e que hoje em dia é conhecida no Brasil como a mais famosa travesti ou transformista. Naquele tempo, pessoas como Rogéria eram chamadas de travesti, no sentido de travestida. No entanto, o que estavam fazendo não era apenas

⁹ Com exceção de Gilmar, Rogéria, Hanah Suzart e Keila Simpson, todos os nomes das pessoas entrevistadas foram alterados por uma questão de anonimato.

“female impersonation”. Em uma entrevista com Balzer, Rogéria explicou que, desde a infância, sempre se sentiu “mulher”. No fim dos anos 60 e começo dos 70, como a maioria das travestis do Rio naquela época, ela tomou hormônios femininos. No começo dos 1960, entretanto, muitas identidades femininas diferentes evoluíram na cada vez mais aberta e organizada cena gay, que inclusive publicava seus próprios jornais. Em um dos jornais gays cariocas, *O Snob*, um discurso começou em 1963 sobre a variedade das diferentes identidades de gênero que podiam ser observadas na cena gay do Rio de Janeiro: “bichas, bofes, bonecas e entendidos” (BALZER, 2007, p. 312-14). A identidade travesti de Rogéria era, portanto, apenas uma da série de múltiplas identidades trans e *queer*.

A carreira de Rogéria traz à tona como culturas e identidades trans mudaram desde 1960 no contexto de transformações sociais no Brasil. Sua fama coincidiu com outro evento que ia ter um enorme impacto na cultura brasileira nas décadas seguintes, o chamado de golpe de Estado de 1964, que resultou em mais de vinte anos de ditadura militar. A repressão militar, que começou em meados de 60 e atingiu seu pico em 70, tinha dois alvos principais: todo aquele visto como “ameaça comunista” e qualquer pessoa que representasse ameaça à “moral da família brasileira”. Sendo esta última “ameaça” associada principalmente a homossexuais e, claro, travestis, que eram as pessoas homossexuais mais reconhecíveis naquela época. A censura militar proibiu qualquer show de travesti na televisão e no teatro, e homens foram presos por parecerem homossexuais, isto é, femininos. Judy e Theo, duas pessoas entrevistadas de Balzer, explicaram que, durante a ditadura militar, elas foram perseguidas e presas várias vezes pela polícia devido à sua aparência feminina. Em 1972, vinte e cinco travestis que vestiam biquínis foram presas em uma praia da Zona Sul carioca (BALZER, 2007, p. 315-19; GREEN, 1999, p. 251).

Rogéria deixou o país, assim como outras travestis que tinham condições financeiras para fazê-lo.¹⁰ Uma boa parte das que ficaram para se sustentar como trabalhadoras sexuais formou grupos e redes subculturais marginalizados. Por exemplo, em 1974, a carioca Rebecca, então

¹⁰ Isso levou a uma espécie de êxodo de travestis brasileiras. Pouco depois de Rogéria e outras travestis famosas irem para Paris, cerca de 200 travestis as seguiram. No final de 1970, até 500 travestis brasileiras viviam em Paris, aumentando de 1.000 para 2.000 na década de 1980 (BALZER, 2007, p. 319-20).

com quinze anos, deixou sua família por ser homossexual e travesti. Por consequência, viveu nas ruas com outras travestis, tomando hormônios femininos e aprendendo a fazer trabalhos sexuais. Em uma entrevista, Rebecca explicou que começou a ser trabalhadora sexual porque não tinha outra opção e não queria passar fome. Outro exemplo é Cora, uma travesti do Rio de Janeiro que começou no trabalho sexual porque queria vestir uma saia e ser independente. A maioria das pessoas entrevistadas de Balzer que se assumiu durante a ditadura militar relatou histórias similares de dificuldade.¹¹ A própria família foi frequentemente parte do problema e, às vezes, chegou a ser uma ameaça, como o relato poderoso de uma travesti demonstra. Sendo colocada por seus pais em um manicômio, ela foi tratada com drogas e “terapia de eletrochoque” “para perder a vontade de ser travesti”. No começo dos anos 80, quase no final da ditadura, mais de 5.000 travestis viviam como trabalhadoras sexuais em cidades brasileiras como São Paulo e Rio de Janeiro (BALZER, 2007, p. 315-29; PENTEADO, 1980, p. 2; OLIVEIRA, 1994, p. 92).

Enquanto, no início dos 1960, trabalho sexual não era um papel proeminentemente desempenhado por travestis, durante a ditadura pôde-se observar a formação de um mercado sexual independente para elas. O aumento de travestis no trabalho sexual está diretamente relacionado à repressão da época da ditadura, de várias maneiras. Primeiramente, performances de *drag*, a primeira profissão de travestis, foram proibidas, e elas foram excluídas não apenas do mercado de trabalho, mas também do mercado imobiliário, o que as levou à auto-organização da cena sexual emergente. Esse desenvolvimento foi intensificado pela inclinação da ditadura ao capitalismo internacional e à cultura de consumo, bem como à promoção da urbanização, para projetar o Brasil no mercado mundial.

Com o desenvolvimento do mercado sexual para travestis, dinâmicas de oferta e demanda provocaram mudanças em suas identidades e em seus corpos, elas próprias emaranhadas dentro de um consumismo emergente e mudando seu imaginário sobre gênero e beleza. Por exemplo, para melhor atrair seus clientes, assim como também para satisfazer seus próprios desejos, trabalhadoras sexuais travestis transformaram seus corpos com hormônio feminino e injetaram silicone industrial, mas

¹¹ Esta continuou a ser uma triste história, conforme explicou Cátia, uma ativista trans que cuidava de menores travestis que deixaram suas famílias para viverem nas ruas fazendo trabalho sexual. Entrevista com Cátia, em 6/2/2000.

não quiseram fazer cirurgia de redesignação sexual. Elas, portanto, tiveram que assumir enormes riscos à saúde para sobreviver e encontrar papéis no mercado sexual emergente. Além do risco de lesão hepática grave por tomarem hormônios femininos sem supervisão médica, é acima de tudo a injeção de silicone industrial que causa, até hoje, graves problemas à saúde e às vezes a morte. Rebecca, que sobreviveu à injeção de silicone industrial, explica: “É a história de aplicar silicone: já morreram muitos por aplicar o silicone” (BALZER, 2007, p. 331-2).¹²

No final da ditadura, em meados de 1980, o termo travesti, antigamente positivo, tornou-se algo associado à prostituição e ao crime, e as travestis foram frequentemente vistas como marginais. Quando Rogéria voltou ao Brasil e começou seu retorno profissional, ela se desassociou “das travestis de rua” ao se chamar de transformista. No começo dos anos 2000, muitas das pessoas entrevistadas de Balzer concordaram que Rogéria foi a primeira a usar o termo transformista, que não era conhecido antes dos 80. Portanto, Rogéria, que havia inicialmente tornado o termo travesti famoso, mais tarde popularizou o novo e menos nocivo termo transformista.

Nos dez últimos anos da ditadura brasileira, de 1975 até 1985, na fase da chamada abertura, vários movimentos por libertação (como os de estudantes, sindicatos, mulheres, negros e homossexuais) emergiram. A ligeira redução da repressão contínua tornou inclusive possível que uma imprensa alternativa voltasse à vida. Durante a abertura, entretanto, travestis vivenciaram ainda mais repressão e brutalidade policial. Em meados dos anos 70, em São Paulo, uma caçada sistemática a trabalhadoras sexuais travestis começou, levando 2.000 delas à prisão, onde recebiam o mesmo tratamento de presos políticos. Em 1981, uma operação militar chamada Operação Rondão, voltada principalmente contra travestis, que eram chamadas de “lixo humano”, levou à prisão 1.500 delas em uma semana. O fato de travestis enfrentarem a mais nítida repressão gerou uma onda de solidariedade do movimento brasileiro LGBT, então em construção. Um dos mais importantes e influentes jornais do movimento era o *Lampião da Esquina*. Vários artigos foram endereçados ao sofrimento das travestis e à repressão que enfrentavam, e autores lamentaram a ausên-

¹² Aqui é importante destacar que a cirurgia de transgenitalização era ilegal no Brasil até 1997 e que, em 1978, um cirurgião que realizava o procedimento foi sentenciado a dois anos de prisão (ver: BALZER, 2007, p. 479-80; BALZER, 2010, p. 83, 89).

cia delas no I Encontro Brasileiro de Homossexuais, em 1980 (BALZER, 2007, p. 324-26).

Após o fim da ditadura, na segunda metade de 1980, a situação para as travestis tornou-se ainda pior. A polícia militar continuou a caçada a elas, agora tendo o suporte dos chamados esquadrões de morte e grupos de extermínio. Cidadãos “enojados” não foram julgados quando jogaram um carro em cima de um grupo de trabalhadoras sexuais travestis à noite e quando caçaram algumas delas com barras de ferro e tábuas. No fim dos anos 80 e no começo dos 90, o número de assassinatos de travestis e gays cresceu enormemente. No começo dos 90, quando a histeria gerada pela AIDS viveu seu auge, e com o aumento da homofobia e da transfobia, travestis eram não apenas associadas à prostituição, crime e drogas, mas também à AIDS (BALZER, 2007, p. 333-4).

Enquanto nos anos 1980 travestis exiladas, como Rogéria, voltavam para casa e se reinventavam como transformistas, e trabalhadoras sexuais travestis transformavam suas identidades no contexto do mercado sexual; nos 90, algumas transformistas mais jovens se beneficiaram da fama global das *drag queens* e se reinventaram como “não sexuais” e divertidas, adicionando uma nova persona ao espectro de identidades trans brasileiras (BALZER, 2005, p. 120-3). Ao mesmo tempo, a profissionalização da auto-organização de travestis no contexto dos direitos civis começou em 1992, com a fundação da primeira ONG de travestis no Brasil, a ASTRAL (Associação de Travestis e Liberados), no Rio de Janeiro. Rebecca, uma das ativistas da Associação entre 1990 e o começo dos 2000, explicou que a ASTRAL foi fundada por cinco travestis, que começaram escrevendo cartas de protesto ao Comando Geral da Polícia Militar e organizando demonstrações para reclamar da violência policial.¹³ A ASTRAL também começou a organizar congressos nacionais de travestis, o que levou à formação de novas ONGs de travestis em todo o Brasil. Em 1995, os membros da ASTRAL participaram do VII Encontro Nacional GLT, durante o qual a ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis) foi criada. (Hoje, a sigla é Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais). Enquanto a ASTRAL continuamente conduzia a prevenção da AIDS e o seu aconselhamento, antiviolença e justiça eram os focos principais de sua agenda política. Em uma manifestação trans em 1999, na frente do conselho da cidade, membros da ASTRAL declararam:

¹³ Entrevista com Rebecca, em 16/12/2000.

“As travestis do Rio de Janeiro e Brasil afirmam: a polícia mata mais do que AIDS!” (BALZER, 2007, p. 340-1).

Nesta época, em 1999, no Rio de Janeiro uma instituição chamada Disque Defesa Homossexual (DDH) foi criada pela Secretaria de Estado de Segurança Pública, em colaboração com ativistas LGT e pesquisadores (RAMOS e CARRARA, 2006). Ativistas tinham três representantes do movimento LGT no DDH. Seu foco principal era a transformação da Polícia Militar e da Polícia Civil, de instituições que ameaçavam pessoas LGT para uma instituição que as protegesse (BALZER, 2007, p. 384-384; HUTTA, 2010a, p. 315-20; SOARES, 2006, p. 155-6). Essa transformação era um desafio, o que foi destacado pela falecida Hanah Suzart, a primeira representante travesti do DDH, que deu treinamentos à Polícia Militar sobre como tratar respeitosamente pessoas trans:

E quando fui dar uma palestra num grupo da Polícia Militar, um policial me disse: “Como eu me refiro a você? Senhor? Senhora? Senhorita?”. E é sempre muito brincalhão, né? Muito divertido. [...] Eu disse para ele: “Eu estou travestido de mulher, gostaria que você se refira a mim no feminino, preferiria Senhorita, porque sou solteira”. Ele disse: “Senhorita Hanah, é estranho o que vem acontecendo com nós, que somos policiais antigos, que temos vinte anos na Polícia Militar. É engraçado para a gente, é muito difícil para a gente, porque antigamente a gente pegava as bichas no Campo de Santana, levava eles para a delegacia para lavar privada. [...] E hoje em dia esses gays podem chegar entrar na delegacia pela porta da frente e dizer ao policial, assim, assim, assim, me tocou e [pegou] tantos reais ou isso, isso, isso”. E no dia seguinte o policial, quando chega no batalhão, é preso.¹⁴

A criação do Disque Defesa Homossexual no Rio, em 1999, marca o começo de uma nova formação de saberes e práticas políticas em relação à violência homofóbica e transfóbica no Brasil. Tendo delineado especialmente a trajetória das travestis, tanto como subjetividade do corpo quanto como identidade política que tem sido moldada por violência aguda, assim como por desejos e lutas para viver feliz e ganhar respeito, iremos agora analisar respostas atuais para essa violência.

¹⁴ Entrevista com Hanah Suzart, em 30/1/2001.

ATIVISMOS CONTEMPORÂNEOS LGBT E TRANS NA LUTA CONTRA A VIOLÊNCIA E A DISCRIMINAÇÃO

Enquanto no início dos anos 1980 o ativismo antiviolença focava na denúncia e no protesto da violência cometida pela polícia, pelo Estado e pela sociedade (por exemplo, uma lendária marcha de protesto contra a já mencionada Operação Rondão, em 1981), com novas colaborações entre o Estado e os atores do movimento social que surgiu no âmbito do DDH, ativistas começaram a ver a polícia e o Estado como recursos potenciais na batalha contra a violência. Esses recursos consistiam em tanto ser capaz de mobilizar a polícia para a prevenção e a repressão da violência quanto no acesso a meios para educar os próprios policiais, que continuavam a ser responsáveis por uma grande parcela da violência (RAMOS, 2007). Rebecca, ativista da ASTRAL que nos anos 90 foi submetida à violência policial várias vezes, afirmou, em 2000, que, embora a violência policial estivesse diminuindo, ela ainda existia e continuava sendo um desafio.¹⁵ Em 2007, Roxane apontou as práticas arbitrárias e ilegais de “punição coletiva” a travestis – muito comum nos anos 1990 – em grande parte cessadas, pelo menos no Centro do Rio e na Zona Sul. Diferenças espaciais, contudo, são indicadas por Sasha, que vive em uma pequena cidade da periferia da Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, e afirma: “Você conta nos dedos quem [policial] dali respeita a gente. Porque na madrugada, se eles podem fazer, eles fazem”.¹⁶ Por “eles podem fazer”, tomamos que Sasha fala do comportamento abusivo da polícia. Na alvorada, entre a noite e o dia, os policiais podem fazer tudo o que quiserem, sem se importarem com as leis e políticas formais que possam existir. Esta declaração evidencia um dos desafios para o ativismo antiviolença que queremos discutir, em particular no que diz respeito às diferenças espaciais. Além disso, enquanto a violência policial contra pessoas trans diminuiu, a violência geral contra elas, incluindo práticas extremas que permaneceram, continua a ser um grande problema, como ilustram os estudos e os dados citados no início (ver também: BALZER, 2007, p. 130-1; BALZER, 2009, p. 148; BALZER e HUTTA, 2012).

¹⁵ Entrevista com Rebecca, em 16/12/2000.

¹⁶ Gravação na Baixada Fluminense, em 2/8/2008.

A travesti Marcelly Malta, cinquenta anos, de Porto Alegre, estava entre as primeiras ativistas quando, em 1999, começou a dar cursos de direitos humanos, minorias sexuais e trabalho sexual para a Polícia Militar e Polícia Civil (BÖER, 2003). Após ter estado em uma posição abjeta durante décadas, quando, sem oportunidade para empregos formais, foi trabalhadora sexual e acabou presa, humilhada e maltratada inúmeras vezes pela polícia, Marcelly foi então capaz de passar para a posição de expert, mesmo que sua situação de vida continuasse precária.¹⁷ Hanah conta suas experiências no âmbito do DDH e destaca os tipos de questões que essa mudança provocou nas instituições públicas. Muitas pessoas trans, do começo dos anos 2000 até hoje, temem denunciar crimes da polícia. Como uma representante do DDH, Hanah foi à polícia por travestis que temiam fazer denúncia. Certa vez, quando foi à delegacia e o funcionário responsável não se mostrou disposto a ouvi-la ou a tomar qualquer ação, ela pegou seu celular e telefonou para um contato seu na Secretaria de Estado de Segurança Pública. Uns poucos minutos depois, seu contato na Secretaria chamou o oficial de polícia em questão, lembrando-o de suas funções e ameaçando-o com sanções. Daquele momento em diante, Hanah disse, ela passou a ser tratada respeitosamente, capaz de fazer sua denúncia, e até lhe ofereceram uma xícara de café.¹⁸

O cenário discursivo mais amplo para essa reorientação do ativismo foi fornecido por debates em torno de uma “democratização” do país e uma crescente conscientização por parte dos políticos de esquerda de que a polícia brasileira, com a sua separação entre Polícia Civil e Polícia Militar, manteve seu aspecto grosseiramente antidemocrático e seu agressivo caráter machista, adquiridos durante a ditadura militar (SOARES, 2006). Debates sobre democratização, direitos humanos e cidadania abriram possibilidades práticas para lésbicas, gays e ativistas trans começarem seu engajamento com a segurança e a polícia de dentro do governo, já que estes inicialmente estavam limitados a atividades na área

¹⁷ Esta precariedade se tornou evidente em maio de 2008, quando Marcelly foi espancada e gravemente ferida pelos seguranças de um centro de saúde onde ela tinha contatos profissionais (o fato veio à tona através de um e-mail aberto enviado pela organização LGBT SOMOS, de Porto Alegre, para o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, em 15/5/2008). Ver também Böer (2003), por conta do preconceito a que Marcelly foi exposta por parte da polícia e de oficiais públicos depois de começar a dar cursos para a Polícia.

¹⁸ Entrevista com Hanah Suzart, em 30/1/2001.

do HIV/AIDS (HUTTA, 2010a, p. 175-80). De particular importância foram as tentativas de estudiosos de esquerda e políticos para reapropriar e redefinir a noção brasileira de “segurança pública” – que nos anos 70 significou aversão à “ameaça comunista” e à “ameaça aos valores morais da família brasileira” – no sentido da “segurança do público”, da segurança “da coletividade, dos cidadãos” (SOUZA, 2008, p. 150, ênfase no original) (ver: HUTTA, 2010a, p. 207-16).

Mas não apenas ativistas viram novas possibilidades de engajamento político surgindo no campo da segurança pública; também atores do Estado – esquerdistas como Luiz Eduardo Soares, que foi coordenador de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro quando o DDH foi criado – viram no ativismo anti-homofóbico um meio de democratização da segurança pública. Os problemas notórios do aparato brasileiro do Estado de segurança pública estavam, para Soares, diretamente ligados ao seu violento caráter machista, o que levou a uma desvalorização de tudo o que se desviasse da hegemonia masculina. Engajar-se positivamente com as minorias sexuais, para ele, mostrou um potencial de combater este ethos, sintetizando o projeto mais amplo de democratização da segurança (HUTTA, 2010a, p. 317).

No DDH, o desejo dos ativistas de educar a polícia juntou-se, portanto, ao desejo de políticos esquerdistas como Soares de democratizar a segurança pública brasileira, pavimentando o caminho não apenas para a proliferação de centros de referências no estilo do DDH por todo o Brasil, mas também para elaborar uma detalhada agenda de segurança pública LGBT em escala municipal, estadual e nacional, com base no conjunto híbrido Estado/ativismo. Em 2007, o movimento LGBT do Rio organizou o I Seminário Nacional de Segurança Pública e Combate à Homofobia, que foi financiado pelo governo brasileiro e que foi seguido por vários seminários estaduais. A muito elogiada I Conferência Nacional LGBT, de 2008, em Brasília, que foi a primeira conferência nacional organizada pelo Estado e aberta pelo presidente Lula da Silva, continha um bloco temático em segurança pública, que depois virou uma série de propostas concretas (ver: SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS, 2008). Em nível de campanhas públicas, o movimento LGBT colocou em foco (até agora sem sucesso) a legislação da “criminalização da homofobia”, que torna crime vários tipos de discriminação e preconceito em relação à orientação sexual e identidade de gênero. (A proposta foi originalmente lançada em 2001 e então virou o projeto de lei PLC 122/2006, em 2006.).

A ascensão dos compromissos com políticas LGBT de segurança pública coincidiu e contribuiu para a consolidação de uma nova abordagem e um autoconceito do movimento LGBT brasileiro, que nós já pontuamos em relação ao ativismo trans de 1990. Desde meados dos anos 1990, a cada vez mais profissionalizada *advocacy* (advocacia), no estilo das ONGs, veio substituir as velhas formas de conscientização e protesto de rua, um processo que já havia começado nos anos 1980 e que ainda ganhou novo impulso em meados e fins dos anos 1990 (DEHESA, 2010; FACCHINI, 2005; HUTTA, 2010b). A sigla MHB (Movimento Homossexual Brasileiro) foi sendo gradualmente substituída; primeiro, no começo e em meados dos 1990, pelo MGL (Movimento de Gays e Lésbicas) e pelo movimento GLT (Movimento de Gays, Lésbicas e Travestis), e, mais recentemente, pelo selo movimento LGBT (ou LGBTTTT, etc.).

Esta renomeação é também expressão das mudanças em níveis epistemológicos e discursivos. Como os engajamentos políticos aumentaram ao redor das políticas na área de segurança pública, saúde, emprego, vida familiar, e assim por diante, o que antes estava afirmado como uma coletividade política de “homossexuais”, que ganhou unidade através de uma luta comum contra a opressão e a violência, agora tinha que ser diferenciado de acordo com as “demandas” que as específicas “subpopulações” de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais articulam em relação ao Estado, tais como o acesso às instituições, a garantia de securitização e várias outras formas de assistência. O enquadramento epistemológico e discursivo das “pessoas LGBT” como populações minoritárias reivindicando acesso a instituições, à segurança pública e à assistência do Estado anuncia uma inserção no que Michel Foucault (1998, 2008) caracteriza como “biopolítica” – uma política de estados liberal-democráticos que é centrada nas várias dimensões das vidas das populações e seus órgãos constituintes. Foucault argumenta que tal biopolítica permite ao Estado aumentar a produtividade dessas populações e que ela vem junto com determinadas formações de saberes e práticas. Somente através do conhecimento das vulnerabilidades e dos riscos a que determinadas subpopulações estão expostas, as instituições estatais podem fazer intervenções em várias áreas nos diversos campos relativos à vida delas. Importante ressaltar que tal conhecimento não está sendo produzido simplesmente pelo Estado com o objetivo de controlar as populações em questão, mas sim no contexto do próprio ativismo LGBT, isto é, um híbrido conjunto de movimento social e atores do Estado, bem

como vários lugares – o público, o privado e o ativista – de produção de conhecimento.

A sigla LGBT, então, serve como uma taquigrafia unificadora para um grupo de “minorias” que precisa de atenção especial do Estado e para demandas muito diferentes daquelas que as distintas populações que compõem essa “minorias” articulam.

A letra “T” tem ocupado uma posição ao mesmo tempo proeminente e precária dentro desta sigla e no âmbito das atividades políticas realizadas sob essa bandeira. Conforme mencionado anteriormente, já na circunstância do encontro de homossexuais em 1980, a ausência de travestis foi lamentada, indicando simultaneamente sua marginalização em relação a lésbicas e gays e sua presença em alguns debates políticos.

A representação tripartida no DDH do Rio, quando foi lançado, em 1999 (uma lésbica, um gay e uma pessoa trans), indica a importante posição que as ativistas trans tinham, desde o início, dentro do ativismo LGT (posteriormente chamado LGBT) sobre segurança pública. Hanah Suzart explicou que houve discussões, no final dos anos 1990, dentro do movimento LGT carioca, que levaram ao consenso de que “precisamos de três representantes, um representante gay, uma representante lésbica e uma representante travesti”.¹⁹ Um comunicado de imprensa publicado pela ABGLT em julho de 2010 expressa novamente um grande investimento em questões trans. Ele menciona o alto número de homicídios dessas pessoas no Brasil e propõe uma campanha sobre várias questões, incluindo, para além da referida legislação contra a homofobia, por exemplo, também o apoio à campanha para o uso do nome social das trans, a aprovação de um projeto para melhorar o acesso delas ao emprego e a implementação de um serviço de assistência telefônica antiviolência.

Ao mesmo tempo, entretanto, o “T” foi constantemente marginalizado, como várias de nossas entrevistadas reiteraram. Tensões sobre tal marginalização também se tornaram mais claras durante vários eventos ativistas de que Hutta participou. Durante a Conferência Nacional LGBT de 2008, por exemplo, uma ativista trans interveio em uma discussão sobre segurança pública ao expressar sua irritação com o jeito como alguns ativistas gays usavam o termo “homofobia”, o que, no ponto de vista dela, não contemplava as questões que ela enfrentava como uma pessoa trans.

¹⁹ Entrevista com Hanah Suzart, em 30/1/2001.

Esse paradoxo de reconhecimento/participação e marginalização também reaparece em formas concretas de saberes que emergiram no campo discursivo da segurança pública, como nos estudos de vitimologia.²⁰ Essa vertente tem sido de particular relevância para a constituição da reorientação biopolítica no ativismo. A especificidade da utilização de uma metodologia vitimológica é que ela não se limita às vítimas de discriminação e violência, mas visa a fornecer uma visão geral das populações estudadas. Ramos e Carrara (2006) apontam que essa abordagem ajuda a abrir a visão, além do cenário marcial de assassinatos, a formas cotidianas de violência e discriminação que afetam partes maiores da população. Além disso, variadas formas de discriminação e violência são consideradas como potencialmente relacionadas a diferenças de gênero, cor ou identidade racial, proporcionando assim uma imagem mais diferenciada de como a violência afeta a vida de certos grupos sociais. Estudos como o de Carrara et al. (2003) sugerem a prevalência de certas formas de violência e discriminação física, verbal e estrutural em espaços públicos e privados, instituições e ambientes escolares ou de trabalho. Assim como as pessoas negras, trans relatam mais frequentemente tais experiências em uma gama de domínios. Não obstante, em seus relatórios de pesquisa, os autores tendem a subsumir experiências trans sob o rótulo de orientação sexual, contribuindo para o discurso predominante sobre a homofobia. A inclusão das experiências trans nos casos de violência tem aumentado a taxa geral. Se fossem considerados apenas os casos de violência contra gays, lésbicas e bissexuais, certamente as taxas seriam menos expressivas. Mesmo considerando o grande peso da violência contra pessoas trans, as reivindicações e a visibilidade desse grupo acabam sendo mascaradas pelo genérico termo da homofobia.

Fora a sigla LGBT, o ativismo trans autônomo – que é constituído por um enorme número de organizações locais e, desde o ano 2000, também organizado na Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros (ANTRA) – só esporadicamente se traduziu em projetos políticos que se endereçam à segurança pública e à violência transfóbica.²¹ (Além da já mencionada educação da polícia por ativistas trans e de várias demonstrações e projetos de diversos grupos trans locais, vale a pena men-

²⁰ Inúmeros estudos podem ser acessados no site da ABGLT: <www.abglt.org.br/port/pesquisas.php>. Acesso em: 20 jul. 2010.

²¹ A observação é baseada em especial na entrevista com a presidente da ANTRA, Keila Simpson, em 8/12/2010.

cionar uma iniciativa da ativista trans Valkyria, de Minas Gerais. Em 2009, Valkyria fez uma campanha bem-sucedida por uma ala separada nas prisões para trans e gays, que sofrem violência transfóbica e homofóbica na cadeia.). Como resultado do financiamento público, o ativismo trans autônomo, durante as últimas décadas, tendeu a concentrar-se em questões de saúde, bem como, mais recentemente, em uma imagem mais positiva de pessoas trans em geral e na possibilidade de pessoas trans usarem seu nome social em documentos oficiais (o que retomaremos mais tarde).

O engajamento contemporâneo de ativistas com segurança pública e violência transfóbica e homofóbica é orientado principalmente em direção às mudanças no nível de biopolítica do Estado. Esse engajamento mira instituições como a Polícia, além de mecanismos de securitização em escala municipal, estadual e nacional. A relevância de abordagens biopolíticas, orientadas em direção ao Estado, decorre de possibilidades políticas práticas e discursivas que se abriram assim que pessoas LGBT começaram a se tornar população reconhecida, cuja vida importa ao Estado; e, simultaneamente, ao fato de que intervenções agora podem ser feitas diretamente em nível biopolítico das instituições que se destinam a securitizar e dar atenção a essa população, mas que não conseguem fazê-lo na prática.

Ativismos biopolíticos relacionados ao Estado na área de segurança pública introduzem alguns dilemas que, ao mesmo tempo, provocam mal-estar e ambivalência dentro do ativismo, e *vis-à-vis* a ele. Esses dilemas decorrem de duas experiências comuns. Primeiro, as Polícias Civil e Militar brasileiras são muitas vezes consideradas instituições irremediavelmente antidemocráticas, arbitrárias e machistas, onde sonoros debates sobre direitos LGBT e trans não serão capazes de causar mudanças de maneira substancial. Em segundo lugar, e mais importante na nossa presente discussão, as instituições biopolíticas do Estado visadas pelos activismos tiveram reduzido valor na vida atual de lésbicas, gays, trans e outras pessoas marginalizadas, especialmente nos contextos em que o Estado não assume o papel de fato de agente soberano de governo. No município do Rio de Janeiro, por exemplo, existem mais de 1.000 favelas,²² um grande número delas sendo governado por traficantes ou pe-

²² Um projeto governamental da cidade do Rio de Janeiro voltado para assentamentos irregulares e precários (SABREN), em 2010, listou 1.021 favelas, com base em imagens recentes de satélites (SABREN, 2010). Nas últimas décadas, favelas e espaços formais da cidade têm, no entanto, se tornado cada vez mais entrelaçados em termos sociais e de

las chamadas milícias (ver: RIBEIRO, C. et al., 2008). Em uma variedade de contextos, o governo do Estado liberal é radicalmente limitado ou entrelaçado com tecnologias não liberais. Na próxima seção, queremos interrogar ainda mais a relevância prática do ativismo político ao olhar para algumas estratégias práticas usadas por pessoas trans onde não se sentem capazes – ou então dispostas – a contar com o poder do Estado para sua securitização.

AÇÕES PRÁTICAS DE CIDADANIA

Hutta conduziu pesquisa na Baixada Fluminense, onde especialmente pessoas trans têm sofrido um alto grau de violência. A Baixada Fluminense é caracterizada por idiossincráticas relações de poder, que são marcadas pelo clientelismo e relações de dependência, assim como pela atividade de grupos de extermínio que são pagos por comerciantes para aniquilar a “desordem” ou desafios ao *status quo*, formando conjuntos intrincados com instituições do Estado (ver: HUTTA, 2013). Preocupações políticas com a democratização da Polícia ou tecnologias públicas de prevenção enfrentam desafios particulares em tais contextos, em que o Estado liberal não tem uma soberania *de facto* de governo e nem de securitização. Essa questão diz respeito não apenas às políticas LGBT ou aos contextos mencionados. Chatterjee (2004) argumenta que a governamentalidade liberal, do modo como surgiu na modernidade ocidental, sempre foi complicada por práticas políticas que excedem o quadro liberal no que ele chama da “maior parte do mundo” (*most of the world*). Ele chama atenção para intrincadas formas de política que emergem em intersecções formais ou informais, legais e ilegais, liberais e não liberais de governo. Em nossa presente discussão, queremos realçar especialmente como trans e *queer* conseguem afirmar uma presença legítima, por meio de formas práticas de *agency* e de cidadania. Enquanto ativismos centrados no Estado continuam em relevância, estas são formas de *agency* que diferem da ideia de um cidadão LGBT mobilizando instituições estaduais de securitização sempre que direitos das pessoas estiverem sendo infringidos. A própria noção de “cidadania” precisa ser reconsiderada aqui, de modo a incluir múltiplas formas em que reivindicações por espaços

infraestrutura. (PERLMAN, 2005, p. 9-10).

coletivos são concretamente articuladas, além de leis formais e de instituições que estão ligadas à biopolítica do Estado (securitização, votação, serviços de saúde, etc.).²³ A tais articulações concretas de cidadania, em sentido processual, é que queremos recorrer.

Uma questão que Gilmar, juntamente com várias outras pessoas gays e trans com quem falamos na nossa pesquisa, tem repetidamente destacado é a necessidade de ganhar respeito e reconhecimento, tanto no imaginário público quanto nos contextos concretos das cidades, das comunidades e dos bairros. Ganhar respeito é uma forma prática de desenvolver cidadania que implica a possibilidade de gerar presença legítima e participar de reivindicações para espaços coletivos. Mesmo onde tais afirmações não implicam diretamente uma participação nas instituições do Estado, elas podem servir como condição ou como um primeiro passo. Em resposta a nossa indagação sobre o que poderia ser feito para melhorar a situação, Gilmar afirma:

A gente fala muito da mobilização do SUS, mas eu considero que a comunidade tem que passar por um processo de humanização, de entender que aquele indivíduo, ele é um ser humano, assim como qualquer um, né? E merece ser respeitado. Eu sempre falo na questão do respeito, porque eu acho que é a principal [...] O principal passo a se tomar, para que [...] possamos construir um espaço de melhor qualidade de vida. Desde que eu respeite, eu tenho outros olhos e aí vai vindo, daí agregando outros benefícios. Por isso eu considero que a educação, ela é importante.²⁴

Gilmar desafia o discurso político quando diz “a gente fala muito da mobilização do SUS” (Sistema Único de Saúde), que é em teoria responsável por inúmeras questões importantes para pessoas trans, incluindo hormônios, tratamentos relativos ao silicone, cirurgias, prevenção e tratamento contra doenças sexualmente transmissíveis, e muito mais. Gilmar acredita que, apesar de os regulamentos formais existirem, se eles serão realmente aplicáveis na prática é uma questão totalmente diferente. O “principal passo a se tomar” é ganhar respeito dentro da co-

²³ Nossa abordagem processual para a cidadania é inspirada na noção de Isin (2008) para atos de cidadania (ver: HUTTA, 2010a, p. 30-1, 166-7).

²⁴ Entrevista com Gilmar, em 12/1/2011.

munidade, o que pode, afinal de contas, levar a uma “melhor qualidade de vida” e “outros benefícios”.

Gostaríamos de examinar as complexidades envolvidas neste processo de ganhar respeito ao centrar em uma conversa com Sasha e Josué em uma pequena cidade da região da Baixada Fluminense (anonimizada aqui). Josué se identifica como um “bichaboy”, um termo normalmente usado para jovens gays femininos, e Sasha, como “travesti” e “bicha”. No momento da entrevista, a apresentação de gênero de Sasha é anunciada como masculina, o que se relaciona ao fato de que começou a treinar como enfermeiro e seu ambiente estabelece normas sobre apresentação de gênero. Isso já indica a pressão social a que Sasha precisa se adaptar no trabalho para ganhar seu sustento. O diretor e ativista Wagner de Almeida tem documentado em seus filmes, como *Borboletas da Vida* (2004) e *Basta um Dia* (2006), alguns dos problemas agudos de violência que em particular travestis e gays femininas (monas, bichas boys, homossexuais, gays) sofrem na Baixada Fluminense. Muitas têm medo de sair de casa e precisam atuar como trabalhadoras sexuais na rodovia Presidente Dutra, onde estão expostas a insultos, ataques violentos e até estupros. Sasha também menciona vários ataques homofóbicos e transfóbicos, assim como assassinatos, perto do lugar onde ela vive.

Curiosamente, porém, em uma série de situações do cotidiano, Sasha e Josué afirmam abertamente uma presença travesti e *queer*. Sasha convocou reuniões de ativistas em sua casa, o que levou à organização da primeira parada local LGBT. Apesar das advertências que Sasha recebeu (“vão jogar tomates em você!”), elas foram adiante com o evento, e Sasha se entusiasmou com as reações positivas e com a atmosfera alegre que gerou. Ela também indica, no entanto, que precisaram assumir uma postura bastante intrépida (“Vamos levar tomatada na cara!”). Josué, que viveu na cidade de Sasha por vários anos, aponta para os desafios que muitas vezes se colocam, afirmando: “Quando sai, sai todo mundo em bando”, e “A gente impõe respeito”. Isso também destaca a importância de grupos subculturais, que, como visto anteriormente, começaram a se formar especialmente durante a reação repressiva da ditadura militar. Respeito é enquadrado aqui como algo que precisa ser “imposto” de uma maneira contestada e conflituosa.

Para Sasha, foi, entretanto, ao mesmo tempo importante alcançar formas mais solidárias de respeito dentro da comunidade e ir além dos guetos. Esse processo levou anos, e é algo a que ela se refere como uma

“luta”. Também envolveu a mobilização e a rearticulação de relações interpessoais afetivas e registros morais, por exemplo, através do trabalho de atenção e assistência. Como está treinando como enfermeiro, Sasha tem acesso especial a médicos e medicação, o que usa para ajudar pessoas de seu bairro. Significativamente, devido ao fato de que este tipo de trabalho de assistência é tradicionalmente codificado como feminino, Sasha alcança respeitabilidade como travesti. Josué inclusive afirma que “a comunidade não se vê mais sem Sasha”. A “luta” de Sasha para alcançar respeito envolve, assim, um trabalho prático que responde à paisagem moral de gênero. Embora não haja espaço aqui para discutir essa questão em detalhe, é interessante notar que esse panorama moral está sendo simultaneamente rearticulado no processo. Sasha menciona inúmeras relações e aventuras eróticas com rapazes jovens da comunidade. Por exemplo, quando há churrascos na casa dela, depois que mulheres e crianças saem, travestis e gays se relacionam com os homens que permanecem, ou seja, com aqueles que normalmente desempenham papéis heterossexuais em suas vidas familiares (ver: HUTTA, 2010a, p. 297-8).

Apesar de viver em uma região conhecida por sua violência, Sasha conseguiu, ao longo dos anos, ganhar respeito dentro de sua comunidade, o que ainda lhe permitiu reivindicar visibilidade pública. Todavia, ainda que pareçam, sob muitos aspectos, relações locais sólidas de respeito, elas são, na verdade, altamente contingentes e precárias. Não só levou anos para Sasha ganhar respeito, como ela precisa ainda desempenhar uma respeitável tarefa (na assistência) e sente-se obrigada a adotar uma persona masculina, por uma questão de educação profissional.

É notável que travestis afro-brasileiras, negras e pardas são particularmente vulneráveis. Rebecca nos lembra de que elas enfrentam discriminações múltiplas, na medida em que vivenciam não apenas homofobia e transfobia, mas também formas do racismo brasileiro de todos os dias. Em uma entrevista, e em várias conversas informais, Rebecca explicou que, para ela, ganhar respeito envolve múltiplos níveis, incluindo respeito à identidade afro-brasileira. Curiosamente, no entanto, como algumas outras travestis – as já mencionadas Cora e Hanah, por exemplo –, ela simultaneamente cumpriu um papel importante no estabelecimento de ligações entre grupos de travestis que pertenciam a diferentes classes sociais, bairros ou categorias profissionais. A base da amizade e das redes informais de travestis resultantes de tais ligações forneceu aos indivíduos respeito mútuo, apesar das diferenças étnicas, de classe ou localidade

(BALZER, 2007, p. 388-391). Dessa forma, estruturas comunitárias acabaram ensejando relações de respeito de várias maneiras.

CONCLUSÕES

Em nossa pesquisa, descobrimos que ativistas trans brasileiras são muitas vezes precariamente situadas, tanto dentro do movimento LGBT unificado quanto no que respeita às abordagens dominantes centradas no Estado, que parecem ter pouca relevância no contexto das desfavorecidas. Ao mesmo tempo, atuando a partir de uma multiplicidade de posições e identidades provisoriamente situadas, que estão ligadas umas às outras, elas têm desde cedo desenvolvido articulações e estratégias políticas formais e informais para responder às relações ferozes e historicamente moldadas de violência. Mesmo em contextos aparentemente periféricos, como no Complexo da Maré e na região da Baixada Fluminense, ativistas trans criaram grupos políticos e sociais e também redes, dando assim visibilidade a problemas agudos que são muitas vezes deixados de lado no debate político. Em nível nacional, vale a pena mencionar que a rede trans ANTRA tem, desde 2006, focado na campanha por uma legislação que permita às pessoas trans usarem seus nomes sociais em documentos oficiais. Essa campanha é particularmente importante porque também afeta pessoas que não querem recorrer à cirurgia de transgenitalização para obter o direito ao nome feminino.²⁵ Se as ativistas conseguirem tal legislação em escala nacional – o que elas já obtiveram em diversos estados, incluindo o Rio de Janeiro –, seria uma situação propícia para ganhar respeito local e institucionalmente.

Embora tenhamos assinalado a precária posição das ativistas trans dentro do ativismo LGBT brasileiro, de uma perspectiva internacional a presença e o reconhecimento positivos delas ainda nos parecem extraordinários. Nos países europeus, por exemplo, embora pessoas trans enfrentem uma intensidade diferente de violência em comparação com as brasileiras, elas vivenciam crimes transfóbicos de ódio com três vezes mais frequência do que lésbicas e homens gays vivenciam violência homofóbica, conforme sugerem estudos recentes (TURNER et al., 2009,

²⁵ Esta informação é parcialmente baseada na entrevista com a presidente da ANTRA, Keila Simpson, em 8/12/2010. Ver também: ABGLT (2012).

p. 19). Tendo em conta este fato, é surpreendente que somente nos últimos anos – e em parte devido aos esforços da rede europeia Transgender Europe – a situação de pessoas trans, bem como crimes transfóbicos e homofóbicos de ódio, tenham sido devidamente reconhecidos em relatórios e estudos LGBT europeus por ONGs e instituições, como a ILGA-Europe, o DIHR (Instituto Dinamarquês de Direitos Humanos), a FRA (Agência dos Direitos Fundamentais da UE), a OSCE (Organização para a Segurança e Cooperação na Europa) ou o Comissário para os Direitos Humanos do Conselho da Europa. Em nível nacional, em muitos países da Europa pessoas trans ainda estão lutando arduamente para se tornar visíveis no ativismo LGBT de antiviolência e anticrime de ódio. Essa ausência pôde ser exemplarmente observada no projeto Tracing and tackling hate crimes against LGBT persons (Rastreamento e combate a crimes de ódio contra pessoas LGBT), que foi conduzido em 2010 e 2011 em nove cidades europeias. Nenhuma das ONGs LGBT participantes enviou ativista trans para as conferências e reuniões de projeto, e a maioria das organizações não incluiu a transfobia e a situação de pessoas trans no quadro local do projeto.

Se o ativismo e as identidades trans brasileiros se moldaram, sob a perspectiva internacional, em um contexto social e espacial de constrangimento e violência, articulações políticas no Brasil têm, no entanto, e talvez por isso mesmo, conseguido uma presença discursiva e corpórea notável. Na década de 1990, a auto-organização começou a tornar-se em parte profissionalizada, e, especialmente no fim dos anos 1990, a questão da violência transfóbica também foi abordada em vários contextos dentro do ativismo LGBT. Ativistas trans formaram uma parte integral de debates políticos, mesmo que a sua posição dentro do LGBT continue ambivalente e precária.

REFERÊNCIAS

ABGLT. *Legislação e normas: travestis e transexuais*. Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, 2012. Disponível em: <<http://www.abglit.org.br/port/nomesocial.php>>. Acesso em: 12 out. 2012.

BALZER, C. The great drag queen hype: thoughts on cultural globalisation and autochthony. *Paideuma*, v. 51, p. 111-131, 2005.

..... *Gender outlaw triptychon: eine ethnologische Studie zu Selbstbildern und Formen der Selbstorganisation in den Transgender-Subkulturen Rio de Janeiro, New Yorks und Berlins*. Tese (Doutorado) - Universidade Livre de Berlim, Alemanha, 2007. Disponível em: <www.diss.fu-berlin.de/diss/receive/FUDISS_thesis_000000005722>.

..... Every third day, the murder of a trans person is reported: preliminary results of a new Trans Murder Monitoring Project reveal more than 200 reported cases of murdered trans people from January 2008 to June 2009. *Liminalis - Journal for Sex/Gender Emancipation and Resistance*, v. 3, p. 147-159, July 2009.

..... Eu acho transexual é aquele que disse: “eu sou transexual!”. Reflexiones etnológicas sobre la medicalización globalizada de las identidades trans a través del ejemplo de Brasil. In: MISSÉ, Miquel; COLL-PLANAS, Gerard (Eds.). *El género desordenado: críticas en torno a la patologización de la transexualidad*. Barcelona: Egales Editorial, 2010. p. 81-96.

BALZER, C.; HUTTA, J. S. *Transrespect versus transphobia worldwide: a comparative review of the human-rights situation of gender-variant/trans people*. Report of the Transrespect versus Transphobia Worldwide (TvT) project of Transgender Europe (TGEU). Written by C. Balzer and J. S. Hutta with T. Adrián, P. Hyndal and S. Stryker. Berlin, 2012. Disponível em: <www.transrespect-transphobia.org/en_US/tvt-project/publications.htm>. Acesso em: 16 jan. 2013.

BÖER, A. (Ed.). *Construindo a igualdade: a história da prostituição de travestis em Porto Alegre*. Porto Alegre: Igualdade, 2003.

CARRARA, S. et al. (Ed.). *Política, direitos, violência e homossexualidade: pesquisa 8ª. Parada do Orgulho GLBT*. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

CHATTERJEE, P. *The politics of the governed: reflections on popular politics in most of the world*. New York: Columbia University Press, 2004.

DEHESA, R. de la. *Queering the public sphere in Mexico and Brazil: sexual rights movements in emerging democracies*. Durham: Duke University Press, 2010.

FACCHINI, R. *Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos Anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FOUCAULT, M. *The history of sexuality I: the will to knowledge*. London: Penguin, 1998.

..... *The birth of biopolitics: lectures at the Collège de France 1978-1979*. Translation by G. Burchell. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2008.

GREEN, J. N. *Beyond carnival: male homosexuality in Twentieth-Century Brazil*. Chicago: University of Chicago Press, 1999.

GRUPO GAY DA BAHIA. *Assassinato homossexuais no Brasil*. Relatório anual do Grupo Gay da Bahia, 2008. Press Release de 13/4/2009. Disponível em: <www.ggb.org.br/assassinatosHomossexuaisBrasil_2008_pressRelease.html>. Acesso em: 1º maio 2009.

HALBERSTAM, J. *In a queer time and place: transgender bodies, subcultural lives*. New York: New York University Press, 2005.

HUTTA, J. S. *Queer geographies of geborgenheit: the LGBT politics of security and formations of agency in Brazil*. PhD Thesis, Faculty of Social Sciences, The Open University, Milton Keynes, 2010a.

_____. Paradoxical publicness: becoming-imperceptible with the Brazilian lesbian, gay, bisexual and transgender movement. In: MAHONY, N.; NEWMAN, J.; BARNETT, C. (Eds.). *Rethinking the public: innovations in research, theory and politics*. Bristol: Policy Press, 2010b. p. 143-61.

_____. Beyond the right to the governmentalized city: queer citizenship in a Brazilian context of peripheralization. In: FISCHER-TAHIR, A.; NAUMANN, M. (Eds.). *Peripheralization: the making of spatial dependencies and social injustice*. Wiesbaden: Springer VS, 2013. p. 241-264.

ISIN, E. F. Theorizing acts of citizenship. In: ISIN, E. F.; NIELSEN, G. M. (Eds.). *Acts of citizenship*. London: Zed Books, 2008. p 15-43.

KULICK, D. *Travesti: sex, gender and culture among Brazilian transgendered prostitutes*. Chicago: The University of Chicago Press, 1988.

MUÑOZ, J. E. *Disidentifications: queers of color and the performance of politics*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

OLIVEIRA, N. M. de. *Damas de paus: o jogo aberto dos travestis no espelho da mulher*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1994.

PENTEADO, D. Um apelo da tradicional família Mesquita: prendam, matem e comam os travestis! *Lampião da Esquina*, ano 2, n. 24, 1980.

PERLMAN, Janice E. The myth of marginality revisited: the case of favelas in Rio de Janeiro. In: HANLEY, L. M.; RUBLE, Blair A.; TULCHIN, Joseph S. (Eds.). *Becoming global and the new poverty of cities*. Washington, DC: Woodrow Wilson International Center for Scholars, 2005. p. 9-53.

RAMOS, S. *Respostas brasileiras à violência urbana no campo da segurança pública: os movimentos sociais e as organizações não-governamentais*. 2007. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2007.

RAMOS, S.; CARRARA, S. A constituição da problemática da violência contra homossexuais: a articulação entre ativismo e academia na elaboração de políticas públicas. *Physis*, v. 16, n. 2, p. 185-205, 2006.

RIBEIRO, C., DIAS, R.; CARVALHO, S. Discursos e práticas na construção de uma política de segurança: o caso do governo Sérgio Cabral Filho (2007-2008). In: *Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Justiça Global, 2008. p. 6-15.

SABREN - Sistema de Assentamentos de Baixa Renda. Disponível em: <<http://portalgeo.rio.rj.gov.br/sabren/index.htm>>. Acesso em: 19 fev. 2010.

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS. *Conferência Nacional LGBT*. Propostas aprovadas: relação preliminar. Brasília, 2008.

SILVA, H. R. S. *Travesti: a invenção do feminino*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.

SOARES, L. E. *Segurança tem saída*. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

SOUZA, M. L. de. *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

TURNER, L.; WHITTLE, S.; COMBS, R. *Transphobic hate crime in the EU*. Manchester: Press for Change, 2009.

SOBRE OS AUTORES

Alides Baptista Chimin Junior (alides.territoriolivre@gmail.com)

Geógrafo, pesquisador do Grupo de Estudos Territoriais, membro da Rede de Estudos de Geografia, Gênero e Sexualidades da América Latina (REGGSAL) e docente da Universidade Estadual do Centro-Oeste (PR).

Carsten Balzer (research@transrespect-transphobia.org)

Pesquisador-chefe do projeto de pesquisa Transphobia Worldwide (TvT), tem doutorado e mestrado em Antropologia Cultural pela Universidade Livre de Berlim, onde também lecionou Estudos Latino-americanos.

Débora Lee (renascer_06@yahoo.com.br)

Ativista LGBT e membro da Organização Não Governamental Renascer. Coordenadora e executora do Projeto Faces de Vênus / SESA, PR, e executora dos projetos de extensão “Para além da ‘batalha’ na rua: práticas de inclusão socioespacial e promoção de direitos humanos dos grupos em situação de vulnerabilidade social” e “Imagens de ausências e silêncios da cidade: exclusão e subversão da heteronormatividade”.

Fernanda Riquelme (renascer_06@yahoo.com.br)

Ativista LGBT e membro da Organização Não Governamental Associação Regional de Apoio aos Homossexuais (ARAH). Coordenadora e executora do projeto Faces de Vênus / SESA, PR, e executora dos projetos de extensão “Para além da ‘batalha’ na rua: práticas de inclusão socioespacial e promoção de direitos humanos dos grupos em situação de vulnerabilidade social” e “Imagens de ausências e silêncios da cidade: exclusão e subversão da heteronormatividade”.

Gláucia Boulevard (renascer_06@yahoo.com.br)

Ativista LGBT e membro da Organização Não Governamental Renascer. Executora dos projetos de extensão “Para além da ‘batalha’ na rua: práticas de inclusão socioespacial e promoção de direitos humanos dos grupos em situação de vulnerabilidade social” e “Imagens de ausências e silêncios da cidade: exclusão e subversão da heteronormatividade”.

Jan Simon Hutta (hutta@gmx.net)

Geógrafo, ativista *queer*, doutor em Geografia Humana, pesquisador do projeto de pesquisa Transrespect versus Transphobia Worldwide (TvT). Atualmente é docente na Universidade Humboldt, em Berlim.

Joseli Maria Silva (joseli.genero@gmail.com)

Geógrafa, coordenadora do Grupo de Estudos Territoriais e membro da Rede de Estudos de Geografia, Gênero e Sexualidades da América Latina (REGGSAL). Docente da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), onde coordena o Programa de Pós-graduação em Geografia, é também editora da *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*.

Juliana Przybysz (juliana.przybysz@gmail.com)

Geógrafa, pesquisadora do Grupo de Estudos Territoriais, membro da Rede de Estudos de Geografia, Gênero e Sexualidades da América Latina (REGGSAL) e docente colaboradora da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Leandra Nikaratty (renascer_06@yahoo.com.br)

Ativista LGBT e executora dos projetos de extensão “Para além da ‘batalha’ na rua: práticas de inclusão socioespacial e promoção de direitos humanos dos grupos em situação de vulnerabilidade social” e “Imagens de ausências e silêncios da cidade: exclusão e subversão da heteronormatividade”.

Lynda Johnston (lyndaj@waikato.ac.nz)

Geógrafa e professora doutora da Universidade de Waikato, na Nova Zelândia. Editora da revista *Gender, Place and Culture*, desde 2011, e membro do Conselho editorial da revista *Social and Cultural Geography*, desde 2009.

Marcio Jose Ornat (geogenero@gmail.com)

Geógrafo, vice-coordenador do Grupo de Estudos Territoriais e membro da Rede de Estudos de Geografia, Gênero e Sexualidades da América Latina (REGGSAL). Docente da Universidade Estadual de Ponta Grossa e membro do Conselho editorial da *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*.

Martin Ignacio Torres Rodríguez (martin.torres.r@gmail.com)

Geógrafo, pesquisador e membro da Rede de Estudos de Geografia, Gênero e Sexualidades da América Latina (REGGSAL).

Raul Borges Guimarães (raul@fct.unesp.br)

Geógrafo e professor doutor pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus de Presidente Prudente. Atua no Programa de Pós-graduação em Geografia e tem como interesse a saúde.

Robyn Longhurst (longhurst@waikato.ac.nz)

Professora doutora da Universidade de Waikato, Nova Zelândia. Atua como editora da revista *Gender, Place and Culture* e é membro do Conselho editorial de vários periódicos da área da Geografia, como *ACME*, *Geography Compass* e *Social and Cultural Geography*.

Tamires Regina Aguiar de Oliveira Cesar (tamyitape@gmail.com)

Geógrafa, pesquisadora do Grupo de Estudos Territoriais e membro da Rede de Estudos de Geografia, Gênero e Sexualidades da América Latina (REGGSAL).

Vinicius Cabral (vinicius.cabral.1991@gmail.com)

Geógrafo, pesquisador do Grupo de Estudos Territoriais e membro da Rede de Estudos de Geografia, Gênero e Sexualidades da América Latina (REGGSAL).